

ESTRATÉGIAS DEMOCRÁTICAS NA TRAJETÓRIA DO COMUNISMO BRASILEIRO (1955-1979): A FORMAÇÃO DO PCBISMO CONTEMPORÂNEO

Victor Augusto Ramos Missiato

Resumo: A relação entre esquerda e democracia no Brasil passou por diversas transformações e adaptações no decorrer da segunda metade do século XX. No caso específico do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os temas da democracia e da democratização social foram sendo revisitados no decorrer das transformações sociopolíticas, vivenciadas pelo país nas conjunturas dos anos 1950, 1960, 1970 e 1980. Diante disso, nosso objetivo no presente artigo é analisar a trajetória da relação entre estratégia política pecebista e defesa da democracia, tendo como referencial o chamado pecebismo contemporâneo e sua cultura política constitucionalista.

Palavras-chave: Brasil, comunismo, democracia.

Democratic strategies in the Brazilian communism trajectory (1955-1979): the formation of contemporary Brazilian Communist Party

Abstract: The relationship between left-wing and democracy in Brazil has undergone several transformations and adaptations in the course of the second half of the twentieth century. In the specific case of the Brazilian Communist Party (Partido Comunista Brasileiro - PCB), the themes of democracy and social democratization were revisited in the course of socio-political transformations, experienced by the country in the conjunctures of the years 1950, 1960, 1970 and 1980. Therefore, the objective of this article is to analyze the trajectory of the relationship between the political strategy the Communist Party and the democracy defense, centering on the called contemporary "pecebismo" and its constitutionalist political culture.

Keywords: Brazil, communism, democracy.

Estrategias democráticas en la trayectoria del comunismo brasileño (1955-1979): la formación del PCBismo contemporáneo

Resumen: La relación entre izquierda y democracia en Brasil ha sufrido varias transformaciones y adaptaciones en el transcurso de la segunda mitad del siglo XX. En el caso específico del Partido Comunista Brasileiro (PCB), los temas de la democracia y la democratización social fueron revisitados en el curso de las transformaciones sociopolíticas, experimentadas por el país en las coyunturas de los años 1950, 1960, 1970 y 1980. Así, nuestro objetivo en este artículo es analizar la trayectoria de la relación entre la estrategia política pecebista y la defensa de la democracia, teniendo como referencia el llamado pecebismo contemporáneo y su cultura política constitucionalista.

Palabras clave: Brasil, comunismo, democracia.

Introdução

Institucionalizado durante os anos 1920 no Brasil, fruto de um espraio da perspectiva da Revolução Russa de 1917, esta sendo caracterizada por ser uma Revolução Global (PONS, 2014), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que em seus primeiros anos, pouco atuou na política brasileira, desenvolveu uma identidade amplamente estruturada no projeto da Aliança Nacional Libertadora (ANL), desenvolvida uma década depois do nascimento do Partido, mas que acabou por perpetuar-se ao longo das décadas posteriores. Tal identidade viria se transformar nos anos 1950, quando uma série de acontecimentos nacionais e internacionais influenciariam na transformação da cultura política do partido¹.

¹ O exercício do uso do conceito de cultura política para se compreender o comunismo em sua totalidade vem ganhando maior instrumentalização na historiografia: "A essa altura da exposição cabe a pergunta: o que se ganha com a utilização de cultura política como categoria de análise para pesquisar o comunismo? A resposta é que esse conceito pode ajudar a explicar melhor as razões da longevidade do comunismo, e também porque a influência da

A nova interpretação do PCB junto ao sistema democrático e um maior apoio ao desenvolvimento econômico vigente teve início, de fato, em 1955, quando o Partido apoiou um candidato que em sua concepção representava tais valores². A opção por apoiar Juscelino Kubitschek como candidato à Presidência, tendo João Goulart como candidato a vice na chapa, ocorreu após intensos debates. Diferentemente das eleições de 1950, quando optou pelo voto em branco, no início do processo de 1955, o PCB procurou apoiar um candidato independente com o apoio de outras forças.

A busca por uma aliança com o PTB representou uma tomada de posição no mundo do sistema político brasileiro. A partir de 1955, a estratégia pecebista direcionaria uma parte de seu aparato teórico-político em direção a uma via político-institucional, embora ainda não estivesse ligado ao universo de uma cultura política democrática. Essa visão corresponde também àquela defendida por Gildo Marçal Brandão (1997), quando este afirmou que, a partir da segunda metade da década de 1950, o PCB se tornou um movimento coletivo capaz de imprimir positivamente uma marca nos destinos da nação, mas mesmo quando optou pela via pacífica da revolução ainda se encontrava resignado quanto à eficácia desse método, insistindo em diferentes momentos no abstencionismo eleitoral. Talvez, a expressão mais precisa tenha sido cunhada por Hélio Jaguaribe, quando afirmou que o PCB caminhava para uma “prática de responsabilidade política, reclamando, no entanto, do contraste entre a postura construtiva dos pecebistas e sua doutrina” (JAGUARIBE apud BRANDÃO, 1997, p. 154).

Feitas tais ponderações, marcamos aqui o início de uma inflexão na história do PCB. Um dos documentos mais ilustrativos dessa transformação foi o “Manifesto Eleitoral do PCB”, apresentado em agosto de 1955. De início, constatamos que a expressão liberdades democráticas aparece sete vezes no documento. Evidentemente, o simples uso de uma expressão diz pouco sobre a substância teórico-conceitual do pensamento pecebista, mas não deixa de ser um indicativo importante.

Esse movimento de ideias passou por uma crise conjuntural a partir da apresentação do chamado Relatório Krushev, em fevereiro de 1956. No famoso documento, Krushev relatou as atrocidades cometidas por Stalin ligadas ao uso indiscriminado da violência, execuções e fraudes processuais contra adversários políticos. Outra crítica apontada pelo dirigente soviético referia-se ao chamado culto à personalidade, que Stalin construiu em torno de si. Tratava-se, pois, de configurar uma nova estratégia para o Movimento Comunista Internacional (MCI) e a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), através de uma dupla frente formada pela combinação entre desestalinização e a estratégia de coexistência pacífica, que voltou à tona após ter sido liquidada por Stalin ao final dos anos 1920. Essa proposta demonstrou seus pontos de fragilidade logo no início, pois não houve uma grande revisão dos fundamentos da política soviética³. Uma possível revisão da teoria

cultura comunista transcendeu os limites das organizações partidárias. Além disso, o estudo do comunismo como cultura política pode oferecer compreensão mais rica das motivações para adesão, que não se restringiram à identidade ideológica ou à defesa de interesses de classe” (MOTTA, 2013, p. 18).

² Fundado no ano de 1922, o então Partido Comunista do Brasil sempre se caracterizou, com exceção dos anos 1945-1947, por ser um partido comunista que trazia consigo um projeto estratégico de ação insurrecional, materializado em diferentes conjunturas, como no período da Ação Nacional Libertadora (1935) e no Manifestos de Agosto de 1950 e 1954.

³ Corroboramos aqui com a explicação de François Furet, em torno dos motivos que levaram a URSS a adotar a crítica ao culto à personalidade como proteção da sua própria identidade: “E, depois, quando a dimensão e a natureza do mundo centralizador soviético desqualificaram a explicação por esse fator externo, a partir do meio dos anos 50, os pressupostos da ideologia forneceram soluções de socorro ‘revisonistas’, mas da mesma natureza que a tese ortodoxa dos bons velhos tempos, pois destinada a desculpar o regime em sua essência. Um dos

leninista do imperialismo e uma nova visão da realidade mundial ganharam formatação. A perspectiva da guerra, por exemplo, manter-se-ia presente. Após a denúncia dos crimes stalinistas, o mito soviético e a capacidade de expansão e unidade do MCI ficaram “irremediavelmente danificados” (PONS, 2014, p. 387-388). Diante desse quadro, as fragilidades da hegemonia soviética ensejaram uma nova configuração das estratégias comunistas mundo afora.

A partir desse instante, as novas mudanças a serem efetuadas acabariam por definir uma nova identidade na história do PCB. O impasse começaria a ser resolvido. Compreendemos que a dialética dos embates pós Relatório Kruschew resultou em uma autocrítica profunda, culminando em uma nova relação do Partido com a sociedade brasileira, com o sistema político e com a própria democracia política então existente. Porém, a nova estratégia pecebista viria preservar boa parte de sua identidade ligada à tradição teórica leninista. Transformada sua leitura revolucionária, a nova estratégia do PCB se adequaria às transformações presentes no Brasil dos anos 1950, sem abandonar sua raiz terceiro-internacionalista.

Após meses de intensos conflitos houve uma mudança de quadros no grupo dirigente do PCB. Aqueles que não saíram por conta própria ou foram expulsos, mas que mantiveram uma postura considerada stalinista pós-1956, tiveram que deixar os cargos de liderança. Foi assim com Diógenes Arruda, por exemplo. Em seus lugares, assumiram Giocondo Dias e Mário Alves. Porém, as mudanças não ficaram apenas nas escolhas de novos dirigentes. Nomes como Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães ganharam maior poder no Partido, quando, juntamente com Dias, Alves, Jacob Gorender e Dinarco Reis ficariam responsáveis pela formulação da “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, documento-chave que traduziu toda essa renovação.

A “Declaração de Março” e a nova política do PCB

Depois da travessia turbulenta dos anos 1956-1957, quando novas dissensões e novas ideias marcaram o ambiente político do PCB, o ano de 1958 marcou uma nova estratégia política do chamado Partidão. Os sinais dessa transformação foram sentidos após os diversos debates expostos pelas alas do Partido, tanto por parte de seu corpo dirigente, quanto pelos chamados renovadores, críticos à política da cúpula partidária. Em um período de maior liberdade de atuação comunista na imprensa, novas ideias foram discutidas e (re)formuladas. Tratava-se dos anos JK, talvez o único do período democrático de 1946-1964 que tenha conseguido enfrentar crises políticas sem abalos profundos. Foi nessa conjuntura que o PCB inaugurou sua nova política, quando absorveu muitos dos elementos presentes nos debates anteriores, salvaguardando sempre o poder de decisão por parte de seus líderes. Em texto publicado em setembro de 1957, o dirigente Armênio Guedes afirmava que a essência dessa nova política teria como fundamento acompanhar do desenvolvimento brasileiro a partir de uma dialética instalada numa outra concepção de tempo revolucionário:

achados mais interessantes desse modo de pensar foi o ‘culto da personalidade’ como explicação do terror de massa: conceito tomado de fora da doutrina marxista, e que não oferecia, portanto, nenhuma ameaça de erosão pelo comentário dos textos, sem relação lógica, aliás, com a questão a ser resolvida, e tirando seu valor justamente dessa estranheza, pois se trata de conjurar, não de explicar. O Gulag não estava ligado nem à ditadura política do partido comunista, nem à coletivização dos meios de produção: era um desvio, ou seja, uma infelicidade aleatória, sem relação com o sistema” (FURET, 1996, p. 17).

Por desconhecer a realidade e abstrair os caminhos peculiares, o Partido tirava sempre os seus elementos táticos dessa premissa – uma estratégia a curto prazo. Daí não dar importância às formas de aproximação, transitória (lei de todas as revoluções), não procurar investigar o específico de nossa revolução, a relação entre a luta democrática geral e a luta pelas transformações radicais. Não resolvendo esta questão, não podia solucionar uma outra, derivada: a luta pela mudança de governo como forma, caminho para a mudança de regime (GUEDES, 2012, p. 74).

A solução a ser adotada deveria estar na formação de uma frente única alinhavada a tais pressupostos. Dentro dessa conjuntura, o PCB divulgaria um dos documentos mais importantes de sua história: “A Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, divulgada em março de 1958. Logo em sua apresentação, a Declaração reconhece que as discussões advindas do XX Congresso do PCUS motivaram a formulação do documento. O texto fora dividido em oito sessões: (I) O processo de desenvolvimento econômico do Brasil; (II) A democratização da vida política nacional; (III) Crescem no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo; (IV) Aprofunda-se a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano; (V) A frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático; (VI) O caminho pacífico da revolução brasileira; (VII) Pela vitória da frente única nacionalista e democrática nas eleições; (VIII) Fortalecer o Partido para a aplicação de uma nova política.

O fato de o documento ter iniciado sua discussão a partir da questão econômica ajuda-nos a definir muito da concepção de cunho estrutural que vinha se edificando no PCB. Imerso aos debates da época, a leitura pecebista se aproximava das concepções desenvolvimentistas de tal período, quando visualizava “nos quadros dessa estrutura atrasada”, o surgimento de “um desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira” (SANTOS, 2012, p. 181). Havia a concordância de que a vida econômica e social do Brasil fora modificada através do desenvolvimento capitalista nacional. Apesar disso, o capitalismo brasileiro ainda não havia superado seu status de subdesenvolvimento, pois o “imperialismo norte-americano” e as “sobrevivências feudais” mantinham-se fortemente ativos. Para os comunistas, o governo JK refletia esse quadro positivo em razão do seu “caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês” (SANTOS, 2012, p. 184).

Na segunda sessão do documento está presente uma de suas maiores contribuições para a nova estratégia pecebista. Ao relacionar a modernização da sociedade brasileira com desenvolvimento industrial e a democracia política, o PCB deu ensejo a uma nova relação da esquerda brasileira com o universo do político. Mesmo oficialmente na ilegalidade, a maneira como o Partido projetou a Carta de 1946 refletiu na transformação pela qual passava sua cultura política:

A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazifascismo e do Estado Novo em nosso país: as liberdades de expressão, inclusive de imprensa, de reunião e de organização, o direito de greve etc. [...] É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em

defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrático (PCB, 2012, p. 186-187).

Para se atingir tais objetivos no que confere o desenvolvimento independente e progressista do país, nenhuma força social poderia estar isolada. Caberia então criar uma frente única, comandada por um governo nacionalista e democrático. O caráter dessa frente deveria ser eminentemente nacionalista, fruto do desenvolvimento do capitalismo e das lutas patrióticas de massas. Nessa frente poderiam se reunir a “classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano” (PCB, 2012, p. 193-194). Ademais, cientes de suas condições naquela conjuntura, os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento e ainda que dispostos, apoiariam essa grande aliança mesmo que não venham a fazer parte de sua composição. Sob tais condições, a revolução brasileira poderia ser conduzida por meio de formas e meios pacíficos, com vista às possíveis conquistas eleitorais nos pleitos de 1958 e 1960. Em resumo, o PCB demarcaria uma nova política, emanada diretamente das condições objetivas de nosso país aplicada aos princípios universais do marxismo-leninismo.

Porém, apesar de todos esses fundamentos progressistas em sua Declaração, o PCB manteve em sua cultura política a forte presença do marxismo stalinista. Ao visualizar no aprofundamento da contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano a “solução dos problemas da revolução brasileira” (PCB, 2012, p. 191), o Partido não abdicava totalmente de sua vertente orientalista do marxismo. Na sessão IV do texto fica evidente a perspectiva ambivalente do comunismo brasileiro. Segundo sua concepção, a revolução no Brasil, por conseguinte não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Portanto:

Saudável como foi, para o seu crescimento no período, o encontro do PCB com a política real e seu envolvimento com as instituições – como o Parlamento e os sindicatos –, esta relação jamais foi valorizada intrinsecamente. A autonomização da prática sindical da tutela do Estado, a emergência de uma nova consciência operária, o estímulo da vida intelectual, o avanço do sindicalismo agrário e das lutas camponesas, processos riquíssimos de meados dos anos cinquenta até 1964, são vistos da pura ótica das chamadas lutas nacionalistas. E, neste sentido, instrumentais, subestimando-se uma estratégia democrática como verdadeiro campo de consolidação de uma identidade operária e da sua política de alianças (VIANNA, 1989, p. 142).

Compreende-se, portanto, que a nova política idealizada na “Declaração de Março”, muito distante do sectarismo e do insurrecionalismo dos anos anteriores, impôs uma lógica *reformista* na estratégia do PCB, que transformou sua concepção revolucionária. Em termos conceituais e históricos dar-se-ia início ao chamado pecebismo contemporâneo – termo esse cunhado por Raimundo Santos. Segundo o autor, essa expressão indica, por um lado, um distanciamento incompleto em relação ao determinismo doutrinário e, por outro, “à natureza política que as diretrizes e as ações do PCB vão ganhando, justamente à medida que, na formulação do partido, reduz-se a força do marxismo-leninismo como lente de leitura da realidade” (SANTOS, 2012, p. 26). Raimundo Santos também salienta que, embora tenha nascido nos anos 1950, o pecebismo contemporâneo não havia tido uma reflexão sistemática em seu interior. Podemos supor que essa ausência esteve ligada a própria ambivalência

do PCB com o mundo do político, quando a partir da *Declaração*, os Comunistas adentraram ao terreno da cultura política das elites territorialistas, que identificavam no Estado o cerne da organização social brasileira (VIANNA, 1997).

A estratégia pecebista diante das novas conjunturas revolucionárias e ditatoriais

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, a estratégia pecebista conviveu com a concorrência de outras propostas revolucionárias e com as ameaças advindas das ditaduras instaladas em seus países. Com o advento da Revolução Cubana, muitos dos avanços teóricos realizados pelos comunistas, ocorridos principalmente a partir de 1958, foram eclipsados por essa nova estratégia revolucionária na América Latina. Por conseguinte, no que se refere aos contextos nacionais, o início da década de 1960 viu reacender o fogo das polarizações entre as forças políticas. As modernizações ocorridas na década de 1950 não romperam com as forças tradicionais e as disputas em torno do controle desses processos se acirraram ao ponto de colocar em xeque a própria institucionalidade. No Brasil, essa atmosfera polarizadora resultou na ruptura com a democracia em 1964.

Ao final do período JK, entre as décadas de 1950 e 1960, as oposições ao governo cresceram exponencialmente. Havia muitos interesses conflitantes na disputa pela escolha do próximo presidente e a situação da economia brasileira polarizava ainda mais o debate. A opção por políticas desenvolvimentistas aliadas ao capital estrangeiro fez com que o governo JK sofresse duras críticas por parte da esquerda. Com a vitória em Sierra Maestra por parte dos guerrilheiros cubanos, um outro modelo de desenvolvimento nacional começou a ser reivindicado. Trata-se da associação entre revolução, transformações estruturais e desenvolvimento nacional. A partir de tais premissas, o PCB construiu sua estratégia em torno da realização da revolução burguesa no Brasil.

Compreendemos, então, que o sentido da revolução para os pensadores do comunismo brasileiro estava diretamente relacionado à questão dos fatores estruturais. Em sua Resolução Política do V Congresso, apresentada em setembro de 1960, as teses da “Declaração de Março” foram reafirmadas como diretrizes políticas. A transformação revolucionária ocorreria com o fim da exploração do capital monopolista estrangeiro associado ao latifúndio nacional. Ademais, a etapa revolucionária estava inserida dentro de um processo de transformação estrutural da economia: “o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objectivamente progressista” (PCB, 1982, p. 5). No caso da pequena burguesia urbana, esta continha um potencial revolucionário, capaz de exercer uma luta anti-imperialista e democrática, juntamente com as massas camponesas. Todos esses grupos deveriam compor uma aliança revolucionária com a classe operária, considerado o elemento mais revolucionário da sociedade. Em sua Resolução, o PCB ressaltava o caráter heterogêneo do Estado – interesses dos latifundiários associados ao capital monopolista estrangeiro *versus* burguesia ligada aos interesses nacionais –, o que gestava contradições e compromissos de classe em seu próprio seio. Ademais, a concepção pecebista de Estado estava intrinsecamente ligada à Constituição de 1946. Mais uma vez, a relação com a Constituição seria especialmente abordada em um documento oficial:

Embora a Constituição de 1946 encerre aspectos reaccionários, como os dispositivos que limitam extremamente as possibilidades de realização de uma reforma agrária

democrática, inscreve as liberdades e os direitos sociais conquistados pelas massas após a derrota mundial do fascismo e do Estado Novo no País: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e de organização, sufrágio universal, regime representativo, direito de greve, etc. A Constituição estabelece, assim, instrumentos legais para a luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais (PCB, 1982, p. 7).

A resolução coincidiu com o fim do governo JK, quando as pressões contra a política de conciliação com o imperialismo norte-americano, o latifúndio e as forças reacionárias cresceram substancialmente nos documentos pecebistas. Transcorrida a experiência do governo JK no poder, o PCB radicalizou seu discurso contra a presença de forças imperialistas no país. A luta pela libertação nacional passou a ser bandeira daquele momento, e um governo conciliador não mais serviria para os objetivos da revolução. O chamamento a uma intensificação do movimento de libertação nacional deu início a uma situação polarizadora no cenário político brasileiro:

O movimento anti-imperialista e democrático no Brasil, em sua fase actual, se ressentido de vacilações e inconseqüências porque ainda não assumiu o carácter de um poderoso movimento de massas e à sua frente se encontram sectores burgueses e pequeno-burgueses. Só poderá adquirir maior vigor e consequência à medida em que a classe operária dele participar activamente e lutar por assumir a sua vanguarda, em aliança com as massas camponesas e outras camadas populares (PCB, 1982, p. 8).

Essa participação popular poderia ser conquistada dentro dos quadros do atual regime, como resultado das mudanças na correlação de forças. Diante desse quadro, o caminho pacífico da revolução representava a única possibilidade de realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada ou a guerra civil. Porém, a via armada ainda não havia sido totalmente abandonada do rol estratégico pecebista:

A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tomar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico (PCB, 1982, p. 9).

Tal ambivalência permeou a primeira metade da década de 1960, quando as polarizações e a atmosfera golpista, presentes na política brasileira, espraíram-se no sistema político como um todo. No caso das esquerdas, houve uma pulverização de movimentos e partidos, que eram contrários à linha reformista do PCB. O próprio Partido Comunista procurou manter seus dois pés entre a via pacífica e uma via não pacífica, caso as condições para isso fossem impostas. Entretanto, a tentativa do PCB em aglutinar essas diversas concepções estratégicas não impediu que a esquerda se dividisse. Nesse contexto, surgiu, então, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas, o Partido Operário Revolucionário (POR), além do brizolismo, que emergia como um movimento radical no Rio Grande do Sul. O contexto regional também favoreceu essa radicalização, pois entre o início de 1961 e o fim de 1963, ocorreram sete golpes militares na

América Latina, que destituíram governos em El Salvador, Argentina, Peru, Equador, Guatemala, República Dominicana e Honduras. Além das questões externas, em 1962, o PCB sofreu uma cisão interna. Após a Declaração de 1958 e a reafirmação de suas teses no V Congresso em 1960, diversos militantes se afastaram ou foram afastados do Partido, acusando-o de revisionista ou sendo acusados de revolucionários. Dentre eles, citamos João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Calil Chade, entre outros. Esses quatro nomes citados faziam parte da Comissão Executiva do Partido. O estopim da dissidência ocorreu quando o PCB mudou de nome, passando a se chamar Partido Comunista Brasileiro, no intuito de nacionalizar sua identidade perante o sistema jurídico, que o ainda mantinha na ilegalidade. Com isso, os dissidentes resolveram fundar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e passaram a defender a restauração de uma determinada identidade histórica.

Esse clima polarizador também alimentou os outros espectros políticos no Brasil do início dos anos 1960. Naquela conjuntura, o sistema político brasileiro se transformou, pois sua característica passou de um pluralismo moderado para um pluralismo extremamente polarizado, resultando em uma estrutura conflituosa (SANTOS, 2003). Esse quadro se agravou quando Jânio Quadros venceu as eleições de 1960. Com uma oposição ao sistema, Jânio almejava conquistar o apoio de uma ampla base política. Saiu-se vitorioso com um discurso miraculoso, afirmando resolver todos os problemas ligados à corrupção e a inflação no país. Contudo, logo no primeiro ano de seu mandato, Jânio renunciou ao poder após ter condecorado Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Carlos Lacerda, conhecido por desestabilizar muitos dos governos eleitos no Brasil pós-1946, empreendeu uma campanha raivosa contra o governo de Jânio. Calculando erroneamente a situação política, o presidente eleito resolveu renunciar, acreditando que receberia um forte apoio popular. O político intruso despertara tantas incertezas no *establishment* político, que sua decisão foi imediatamente atendida e o apoio popular que almejava jamais ocorreu.

O vice-presidente João Goulart não fez parte da chapa de Jânio nas eleições. Jango havia participado da chapa do presidenciável Marechal Lott, mas conquistou a vitória junto com seu opositor. Reconhecidamente identificado com grupos mais à esquerda do espectro político brasileiro, Jango suscitou enormes desconfiças por parte de grupos civis e militares. Conforme a Constituição de 1946, a posse de Jango deveria ser feita imediatamente após a saída de Jânio. Todavia, a posse do ex-ministro de Getúlio Vargas causou um grande embate na política brasileira. Quando Jânio apresentou sua carta de renúncia, Jango estava em missão na China, e a Carta Constitucional estabelecia que na ausência do vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados assumiria o cargo. No dia 28 de agosto de 1960, o presidente em exercício Ranieri Mazzilli informou ao Congresso que os ministros militares consideravam o retorno de Jango ao Brasil inadmissível “por motivos de segurança nacional” (MAZZILLI apud SKIDMORE, 2010, p. 251). No entanto, o Congresso rejeitou a proposta dos militares e respondeu com uma proposta de criação de um sistema parlamentarista. O clima de instabilidade radicalizou os discursos e textos pecebistas. Naquele instante, o PCB se posicionou contrário ao que chamou de golpe.

Mesmo com a volta do presidencialismo, o PCB manteve sua posição dúbia em relação ao sistema político. E mesmo tendo incentivado a participação de seus militantes nas eleições parlamentares de 1962, os Comunistas atribuíram outro caráter ao processo eleitoral.

Partindo desses referenciais, o resultado das eleições parlamentares acabaria revelando, segundo o PCB, um aumento no poder das forças nacionalistas. O Partido Comunista elegeu dezessete deputados filiados a outras siglas, além de conquistar o governo de Pernambuco, em aliança com Miguel Arraes. No plano político, a fim de aglutinar esses diversos interesses, o Partido apoiou o plano das reformas de base, proposto por Goulart. Desse modo, foi se articulando uma frente única nacionalista, que tinha como principal bandeira uma forte proposta reformista no campo, na economia, no ensino e no espaço urbano. Compreendemos, então que, em um de seus maiores momentos de participação política no Brasil, o PCB, ao mesmo tempo em que acompanhava o processo de modernização em curso no país, legitimando a posição central da burguesia nacional, tentava arregimentar um apoio por parte de outros movimentos de esquerda, que tendiam à luta armada, antes mesmo do golpe de 1964.

Entre os anos 1962-1964, o contexto de agitação política no Brasil imobilizou o Legislativo ao ponto de incapacitá-lo de oferecer uma saída para a ameaça de rompimento das regras do jogo democrático. As tensões se intensificaram em 1963, quando Goulart, após conquistar em plebiscito a volta do regime presidencialista, apresentou uma emenda constitucional que permitia a expropriação de terras sem pagamento prévio em dinheiro. Essa emenda foi derrotada no Congresso em maio do mesmo ano. A partir daí o governo adotou um tom mais radical em seus discursos, declarando que a reforma agrária era uma questão de honra em seu mandato. As medidas econômicas criadas para impulsionar o crescimento e combater a inflação não tiveram êxito. Neste cenário, tanto as forças de direita quanto de esquerda passaram a defender uma solução de exceção. Para Alberto Aggio (2015), a via armada colocava-se como horizonte político para ambos os lados. Os últimos capítulos do governo Goulart ocorreram quando este tentou formar uma coalizão fora dos poderes institucionais. Havia ali uma motivação em exercer outro mandato consecutivo, contrariando o texto constitucional de 1946, que não permitia a reeleição (SANTOS, 2003). Em toda essa conjuntura, a democracia representativa foi sendo engolida por uma atmosfera golpista que cobriu todos os espectros da sociedade brasileira.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, Jango foi destituído da Presidência, dando-se início a uma longa ditadura no Brasil. Por parte do PCB, a eclosão do golpe de 1964 foi recebida com grande surpresa. No momento em que mais gozavam de liberdade, muitos dirigentes foram postos na clandestinidade. O VI Congresso do PCB, que deveria ter acontecido em 1964, só seria realizado em 1967. Nesse novo encontro oficial, mais uma vez, a identidade construída a partir da “Declaração de Março” fora reafirmada, agora servindo como fundamento da resistência democrática ao regime ditatorial. Em consequência, o pecebismo contemporâneo iria se consolidar a partir dessa estratégia de resistência democrática.

A resistência democrática do PCB durante o regime militar

Em maio de 1965 foi anunciada a “Resolução política do Comitê Central do PCB”, que procurou atribuir um valor central às liberdades democráticas na estratégia de resistência à ditadura (SANTOS; SEGATTO, 2007). Este documento foi traduzido no Chile e publicado na íntegra pela revista *Princípios*, em agosto de 1965. O conteúdo é muito revelador, pois podemos perceber que um ano após o golpe de 1964, o PCB se mantivera arraigado à perspectiva gestada na “Declaração de Março” de 1958. A

leitura inicial do Partido indicava que os latifundiários e os grandes capitalistas ligados aos monopólios internacionais representaram os atores sociais que impulsionaram o movimento golpista (PCB, 1965, p. 145). Em decorrência disso, teriam se aguçado as contradições presentes na sociedade brasileira. O PCB também destacou que outras forças sociais apoiaram o golpe, mas se sentiram enganadas e prejudicadas com a política reacionária e entreguista dos militares (PCB, 1965). Ao chamar a atenção para uma emergente oposição multifacetada contrária ao regime militar, o PCB adotou uma política pragmática para aquela situação, tendo em vista sua posição naquele momento:

El objetivo táctico inmediato a alcanzar en esa lucha es aislar y derrotar la dictadura y conquistar un gobierno ampliamente representativo de las fuerzas antidictatoriales que asegure las libertades para el pueblo y garantice el retorno del proceso democrático interrumpido por el golpe reaccionario y entreguista. Los comunistas se empeñan en el sentido de que tal gobierno sea lo más avanzado posible, pero comprenden que su composición no podrá reflejar el nivel alcanzado por el movimiento de masas y la correlación de fuerzas existentes en el momento en que se constituya (PCB, 1965, p. 150).

Diante daquelas circunstâncias, a luta deveria estar centralizada no retorno às eleições livres. Com essa compreensão, o PCB apoiava uma participação ativa nas eleições estaduais e nacionais de 1966, a fim de conquistar terreno político contra os militares, restabelecendo posições e fortalecendo seu combate no campo institucional: “por tanto, deben ser utilizadas todas las posibilidades legales, sin que esto se reduzca a la ‘legalidad’ concedida por la dictadura” (PCB, 1965, p. 153). O sentido desse combate deveria ser taticamente reformista e democrático: “los comunistas tienen como perspectiva la conquista de un gobierno nacionalista y democrático, capaz de iniciar y llevar adelante las reformas de estructura, aproximando nuestro pueblo a los objetivos de la actual etapa de la revolución brasileña” (PCB, 1965, p. 157).

Ainda na leitura da Resolução de 1965, o PCB também refletiu sobre seus erros no desfecho da deposição de Jango. De acordo com o Comitê Central, nos últimos meses de governo, o Partido teria abandonado sua linha aprovada no V Congresso, quando a retórica radical tomou conta dos discursos e os pontos positivos da modernização em curso no Brasil foram abandonados das análises (PCB, 1965, p. 159).

Por fim, o PCB afirmou que a raiz de seus erros estava na falsa concepção pequeno-burguesa e golpista da revolução brasileira que já havia se manifestado de forma predominante em momentos decisivos de sua atividade revolucionária, independentemente da linha política adotada:

Es una concepción que admite la revolución no como un fenómeno de masas, sino como resultado de la acción de las cúpulas, y, en el mejor de los casos, del Partido. Ella imprime a nuestra actividad un sentido inmatista, de prisa pequeñoburguesa, desviándonos de la perspectiva de una lucha persistente y continuada por nuestros objetivos básicos y estratégicos a través del proceso de acumulación de fuerzas y de la conquista de la hegemonía por el proletariado (PCB, 1965, p. 161).

No caso do PC brasileiro, a transformação que estabeleceu o chamado pecebismo contemporâneo gestou uma cultura política que procurou resistir à ditadura através de uma estratégia democrática. Como vimos, o PCB, desde 1965, procurou se posicionar em favor de um retorno da normalidade e convivência democrática no Brasil. As ideias adjacentes ao movimento de renovação do

PCB, iniciado na década de 1950, influenciaram na formação de uma estratégia democrática e frentista de oposição à ditadura. Para o Partidão, através de seus documentos e de suas atividades de resistência, é possível perceber que a vitória viria por meio da política institucional e pela cultura democrática.

No campo da atividade cultural e intelectual, a incorporação sistemática das traduções de Gramsci no Brasil indicava uma aproximação teórica do pecebismo junto ao eurocomunismo berlingueriano. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2009a), Gramsci aportou no Brasil, enquanto leitura sistemática, no início dos anos 1960. Diante das mudanças adjacentes à vida política e cultural no país, jovens intelectuais comunistas publicarão os primeiros artigos com a presença da visão de Gramsci acerca da política. Em um primeiro momento, o Gramsci ali estudado não é o teórico do Estado ampliado e da revolução socialista no Ocidente, nem o teórico da revolução passiva, mas sim, filósofo da práxis, o proponente de uma leitura humanística e histórica do marxismo (COUTINHO, 2009a, p. 38). No entanto, o primeiro ciclo de leituras gramscianas no Brasil não foi bem aceito pelo público, pois,

num momento em que amplos setores da intelectualidade de esquerda radicalizavam sua oposição a uma ditadura que, por sua vez, também se radicalizava, não vislumbrando nas propostas formuladas pelo PCB (e da cultura marxista que se mantinha sob a sua influência) uma resposta capaz de se contrapor ao desafio colocado pela nova situação. Existia, na estratégia gradualista de luta contra a ditadura, proposta então pelo PCB, uma clara alusão ao conceito de “guerra de posição” gramsciano. Porém, na medida em que esta estratégia foi apresentada, não como parte de uma nova teoria da revolução no “Ocidente”, mas, sobretudo, como consequência de uma imagem do Brasil como país atrasado que deveria ainda realizar uma “revolução democrático-burguesa”, ela era entendida por grande parte da intelectualidade de esquerda como expressão de oportunismo e de capitulação política (COUTINHO, 2009a, p. 39).

O segundo ciclo de estudos gramscianos surge em meados da década de 1970, quando há uma nova conjuntura de luta política contra a ditadura, após as derrotas das estratégias de guerrilha. A esquerda, naquela nova conjuntura adotara uma perspectiva autocrítica radical frente aos seus tradicionais modelos de interpretação, ligados à Terceira Internacional (COUTINHO, 2009a, p. 40). Naquele quadro, Gramsci passou a ser interpretado como um teórico marxista da política, que auxiliaria na formulação de um pensamento acerca de um Brasil em busca da modernidade e do Ocidente.

Ao final dos anos 1970, a chamada questão democrática alcançou maior centralização, tendo em vista a publicação do texto “A democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho, a luta pecebista em favor da Lei de Anistia (1979) e a participação do Partido no movimento por uma nova Constituinte. Um dos textos mais ilustrativos desse período marcaria um ponto de inflexão na relação da esquerda e sua estratégia para destituir o regime autoritário vigente⁴. Trata-se de uma concepção estratégica associada aos novos rumos da frente democrática, reforçada pela Lei de Anistia de 1979, que possibilitou a volta de vários políticos e intelectuais defensores da redemocratização do país:

⁴ Situando-o historicamente, apresentado em 1979, o texto de Carlos Nelson Coutinho, intitulado “A democracia como valor universal”, nas palavras do próprio autor, em entrevista à edição 153 da revista “Caros Amigos”, “não é um abandono do socialismo. Era apenas uma maneira de repensar o vínculo entre socialismo e democracia. Era um artigo ao mesmo tempo contra a ditadura que ainda existia e contra uma visão “marxista-leninista”, o pseudônimo do stalinismo, que o partido ainda tinha da democracia. Acho que este foi o limite central da renovação do partido” (COUTINHO, 2009b, p. 33).

Não creio que nenhuma formação popular responsável ponha hoje em dúvida a importância dessa unidade em torno da luta pelas liberdades democráticas tais como essas são definidas, entre outros, no atual programa do MDB. Todavia, há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática; segundo tal visão, a democracia política – embora útil a luta das massas populares por sua organização e em defesa dos interesses econômico-corporativos – não seria mais, em última instância e por *sua própria natureza*, do que uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais (COUTINHO, 1979, p. 34, grifos do autor).

Formadora de uma concepção estratégica democrática frente à via armada, a proposta pecebista de Carlos Nelson Coutinho não angariou o apoio de toda a cúpula dirigente do *Partidão*. Além disso, não culminou no avanço do socialismo brasileiro, o que não diminuiu a importância daquele texto naquela conjuntura específica⁵. O momento era de crise no partido (NOGUEIRA, 1983).

Ademais, juntamente com a crise do paradigma socialista no cenário internacional, a questão democrática para a esquerda brasileira também passaria por transformações ao longo da década de 1980. Um novo grupo de intelectuais comunistas, inseridos em um amplo movimento de adesão à democracia política no Brasil, viria renovar essa relação entre esquerda e democracia. No início da década de 1980, essas vozes já procuravam antecipar tal processo:

Um partido democrático em seu relacionamento com a sociedade e em sua organização, no qual a indispensável unidade de ação seja não um *a priori* abstrato mas o resultado de um processo político baseado na liberdade de pensamento e discussão e na efetiva consideração da vontade das bases. São assertivas, portanto, destinadas a permitir que os comunistas brasileiros superem sua própria história, atualizem sua tradição, sintonizem-se com a modernidade (NOGUEIRA, 1983, p. 96, grifos do autor).

Não obstante, por se tratar de um partido que, historicamente, agregou pensamentos diversos, e até mesmo conflitantes, as respostas à crise política da época também foram plurais no PCB. Diante disso, mesmo enfraquecido com as cisões de quadros defensores da luta armada (casos como Carlos Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves), o PCB serviu de linha auxiliar do MDB, apostando na residual legalidade presente na competição eleitoral e no movimento associativo, a fim de fundamentar uma constituição democrática (HENRIQUES, 2013). À medida que novas reflexões e reinterpretações foram surgindo no cenário teórico-político nacional como, por exemplo, a recepção às ideias de Gramsci no Brasil ao final da década de 1970, aliadas às transformações conjunturais e estruturais da sociedade brasileira, uma nova estratégia abria-se naquele momento:

⁵ Nessa mesma entrevista, Coutinho afirmou que a realização plena da democracia só poderia ocorrer em um regime socialista: “Uma alteração que eu faria no velho artigo era colocar não democracia como valor universal, mas democratização como valor universal. Para mim a democracia é um processo, ela não se identifica com as formas institucionais que ela assume em determinados contextos históricos. A democratização é o processo de crescente socialização da política com maior participação na política, e, sobretudo, a socialização do poder político. Então, eu acredito que a plena socialização do poder político, ou seja, da democracia, só pode ocorrer no socialismo, porque numa sociedade capitalista sempre há déficit de cidadania. Em uma sociedade de classes, por mais que sejam universalizados os direitos, o exercício deles é limitado pela condição classista das pessoas. Neste sentido, para a plena realização da democracia, o autogoverno da sociedade só pode ser realizado no socialismo. Então, eu diria que sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia. Acho que as duas coisas devem ser sublinhadas com igual ênfase” (COUTINHO, 2009b, p. 35).

Estas dimensões são traços da sociedade brasileira complexificada a serem considerados devidamente no labor “formativo” dos ambientes de raiz pecebista (adquirindo, assim, valor permanente), sendo exemplos o largo e variado associativismo, cada vez mais transclassista e a extensa opinião pública e os meios de comunicação livres. O sistema político com democracia representativa (partidos, eleições, liberdades, três níveis de parlamento, governos políticos) passou a ser reconhecido nessas áreas como valor irrenunciável; o pluralismo cultural igualmente ali visto como potencial civilizatório e assim por diante (SANTOS, 2012, p. 61).

Entre as razões dessa possibilidade encontram-se o afastamento do controle do Estado das elites políticas do territorialismo, substituídas por um conjunto de forças voltadas aos valores de mercado e à racionalidade burguesa da modernização capitalista, além de um elemento novo na atmosfera política brasileira: o “fermento” da democracia como “massificação da cidadania”, questões presentes na Constituição de 1988 (VIANNA, 1997, p. 23). A partir daí, a questão democrática no pensamento político comunista, de fato, teria seu valor universalizado mediante a inclusão da cidadania como base de uma cultura política republicana. Por conta disso, “quanto mais o PCB negava sua matriz terceiro-internacionalista, repensava sua feição de máquina organizacional e deixava de lado as práticas de ‘patriotismo de partido’, mais ele se tornava um agente portador de uma orientação geral influente” (SANTOS; SEGATTO, 2007, p. 44). Essas posições indicavam uma renovação profunda da esquerda brasileira. O PCB acompanhou o movimento da política democrática, que passava a ter um papel central nessa sociedade. E foi justamente a partir dessa perspectiva, que o PCB foi exitoso em termos estratégicos. Todavia, em termos de adesão social, o PCB foi se enfraquecendo ao longo da década de 1980. O paradoxo constituído entre a vitória na política e a baixa representatividade social se fez presente em uma conjuntura de consolidação da democracia como cultura política da sociedade brasileira, quando as instituições e a nova Constituição passaram a ser moldadas de acordo com esse novo horizonte. Paralelamente, o comunismo soviético, enquanto projeto alternativo de modernidade assistia à sua derrocada simbolizada pela queda do Muro em Berlim. Portanto, subjaz desses movimentos, a percepção de que o pecebismo contemporâneo se realizou enquanto consagração de uma estratégia política, apesar de o comunismo brasileiro, enquanto instituição partidária e cultura política institucional, ter se esgotado na última década do século XX em consonância com o comunismo de matriz leninista-stalinista. Embora tenha encerrado suas atividades na Nova República, seu legado auxiliou na renovação da esquerda brasileira frente às novas questões locais e globais.

Fontes

PCB. Partido Comunista Brasileiro. O programa do partido, as experiências das eleições de 3 de outubro e as nossas tarefas para a campanha eleitoral de 1955: intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCB. In: *Problemas Revista Mensal de Cultura Política*, n. 64, 1955. Disponível em: <<http://bit.ly/2LjvnE9>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

_____. Resolução Política del Comité Central del PCB. In: *Principios*, Santiago (Chile), ed. 108, 1965, p. 148-157.

_____. V congresso do PCB (1960). In: VINHAS, Moisés. *O partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 125-142.

_____. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro (1958). In: *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012, p. 181-206.

Referências

- AGGIO, Alberto. *Um lugar no mundo: estudos de história política latino-americana*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2015.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Enio, et al. (Orgs.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33-47.
- _____. A presença de Gramsci no Brasil. *Revista em Pauta*, n. 22, p. 37-44, 2009a.
- _____. Entrevista à Revista Caros Amigos. In: *Caros Amigos*, ed. 153, 2009b, p. 33-37.
- FURET, François. *O passado de uma ilusão: Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. Lisboa: Presença, 1996.
- GUEDES, Armênio. O pecebismo contemporâneo. In: SANTOS, Raimundo (Org.). *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012. p. 73-77
- HENRIQUES, Luiz Sérgio. *O legado de Armênio, agora*. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/37BDPbs>>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: CZAJKA, Rodrigo; NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15-37.
- NOGUEIRA, Marco. Aurélio. Comunistas, comunismo: o desafio da renovação. *Presença: Revista de Política e Cultura*, n. 1, p. 91-96, nov. 1983.
- PONS, Silvio. *A Revolução Global: a história do comunismo internacional (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pererira, 2014.
- SANTOS, Raimundo (Org.). *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2012.
- SANTOS, Raimundo; SEGATTO, José Antonio. A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcio. *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 13-62.
- SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Recebido em: 25 set. 2019.

Aceito em: 18 nov. 2019.

Victor Augusto Ramos Missiato: Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor da disciplina de História na Educação Básica do Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM). E-mail: victor_missiato@hotmail.com. Brasil.